



Mobilização e Comunicação Estratégica em Saúde: A experiência da Força Estadual em Muriaé-MG¹

Keila Siqueira de Lima²

RESUMO

Este relato de experiência documenta e analisa a atuação estratégica do eixo Comunicação e Mobilização Social da Força Estadual do SUS em Muriaé-MG, durante o Cenário de Emergência das arboviroses em 2023. O estudo, de natureza descritiva e qualitativa, baseou-se na análise do planejamento (PEC-ARBO/Plano de Ação) e na avaliação dos resultados da intervenção intersetorial. O referencial teórico articula a crítica ao modelo campanhista à necessidade de uma Vigilância em Saúde de base territorial, fundamentada na Mobilização Social (Toro & Werneck) para o enfrentamento dos Determinantes Sociais da Saúde. A intervenção demonstrou que a profissionalização e o planejamento do eixo geraram alta visibilidade e engajamento, resultando em 4.003 visitas domiciliares sem recusa, e culminando na institucionalização da função de Mobilizador Social na Secretaria Municipal de Saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilização Social; Comunicação Pública; Arboviroses; Saúde Coletiva; Vigilância em Saúde.

1. Introdução

Os Arbovírus (vírus transmitidos por artrópodes) são caracterizados por terem parte de seu ciclo de replicação em insetos, o que lhes permite serem transmitidos a humanos e outros animais através da picada de artrópodes hematófagos, como mosquitos e carapatos (Lopes; Nozawa; Linhares, 2020). A literatura aponta para mais de 545 espécies de arbovírus conhecidas, sendo que aproximadamente 150 delas são patogênicas para os seres humanos (Lopes; Nozawa; Linhares, 2020). O aumento da incidência das arboviroses é problema de saúde pública global, intrinsecamente ligado a fatores ambientais como as mudanças climáticas, o desmatamento e as alterações ambientais como a ocupação urbana desorganizada e a precariedade do saneamento básico, conjunto que facilita a amplificação da área de transmissão e a transposição da barreira entre diferentes espécies (Lopes; Nozawa; Linhares, 2020).

¹ Trabalho apresentado no GT 06 | Boas Práticas em Comunicação Pública: Estudos de caso, no III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, realizado de 20 a 22 de outubro de 2025, em Aracaju/SE.

² Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Participante do Grupo SENSUS. Referência Técnica em Assessoria de Comunicação e Mobilização Social da Gerência Regional de Saúde de Ubá- SES/MG.



Em países tropicais, como o Brasil, as arboviroses se tornam uma preocupação central para os setores de epidemiologia, visto que as condições climáticas são favoráveis à infestação de vetores do gênero *Aedes*, notadamente o *Aedes aegypti*, responsável pela transmissão dos vírus da Dengue (DENV), Chikungunya (CHIKV) e Zika (ZIKV) (Donalisio; Freitas; Zuben, 2017). Essa dinâmica epidemiológica é agravada pela notável capacidade de dispersão do vetor, pela adaptação a novos hospedeiros e ambientes, e pela susceptibilidade universal da população, o que confere às arboviroses um alto potencial para gerar epidemias de grande escala (Donalisio; Freitas; Zuben, 2017). Dados recentes do Ministério da Saúde demonstram que o número de casos de dengue no Brasil atingiu um pico acentuado em 2024, gerando grande demanda e superlotação em hospitais e centros de saúde (Rosa et al., 2025).

O controle do vetor *Aedes aegypti* é a profilaxia ideal para evitar surtos e epidemias. No entanto, é uma tarefa desafiadora que, por envolver a eliminação de criadouros em ambientes privados, requer esforços coordenados e o engajamento de múltiplos setores da sociedade, para além da área da saúde (OPAS, 2025; Donalisio; Freitas; Zuben, 2017). O Ministério da Saúde trabalha em duas frentes de prevenção: a imunização (ainda restrita a faixas etárias específicas) e, fundamentalmente, o controle do vetor pelo combate químico, físico e biológico ao vetor, complementadas pela conscientização e mobilização social (Rosa et al., 2025). Sendo assim, o sucesso das ações de enfrentamento depende diretamente de políticas e intervenções de Comunicação e Mobilização Estratégica, capazes de fomentar a co-responsabilidade e o engajamento da população.

Neste contexto, o estado de Minas Gerais tem se destacado nos últimos dez anos como o segundo estado com maior número de casos notificados de dengue (Rosa et al., 2025). Foi nesse contexto que o município de Muriaé decretou situação de emergência em 26 de janeiro de 2023 (G1, 2023), em razão de um surto que, naquele ano, notificou 5.995 casos prováveis de dengue e 13 de chikungunya (Brasil, 2025). Para apoiar as iniciativas municipais e implementar o Plano Estadual de Contingência das Arboviroses, a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais enviou para Muriaé a Força Estadual de Enfrentamento às Arboviroses, que atuou entre 27 de fevereiro a 10 de março de 2023, como um esforço ampliado de resposta, cujo planejamento estratégico contempla o eixo de Comunicação e Mobilização Social para articular ações entre Estado e Município,



visando gerar visibilidade e adesão popular. É a experiência neste eixo que constitui o foco deste relato.

Com o objetivo de documentar e analisar a referida intervenção, este artigo se configura como um Relato de Experiência focado na metodologia e nos resultados das ações de Comunicação e Mobilização Social realizadas pela Força Estadual em conjunto com a Secretaria de Saúde de Muriaé. Pretende-se, com isso, evidenciar a importância desse eixo como ferramenta efetiva no enfrentamento às arboviroses e oferecer subsídios para a institucionalização e replicação desse planejamento em outras demandas da saúde pública.

2. Comunicação e Mobilização Social na Saúde Pública

Fernandes (et al., 2018) pondera que as altas incidências de arboviroses se concentram nas mesmas localidades há mais de 30 anos, o que sugere um insucesso das estratégias tradicionais de enfrentamento. Os autores defendem que as origens do problema extrapolam a mera dispersão do vetor e “se articulam aos determinantes sociais de saúde” (Fernandes et al., 2018, p. 1). Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) são um conjunto de fatores (econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais) que impactam de forma desigual a saúde de pessoas, grupos e comunidades, afetando o acesso à proteção e ao cuidado à vida (Fiocruz, 2025).

A abordagem histórica da comunicação em Saúde Pública no Brasil tem suas origens no modelo campanhista. Paim (2011) reconstrói as campanhas da década de 1900, realizadas de forma impositiva e centralizada, utilizando inclusive a estrutura militar para implementar políticas de forma inflexível, o que gerava oposição e baixa adesão. Por isso, a necessidade de estruturação de um sistema de vigilância em saúde que faça contraponto a esse histórico sanitário-campanhista, tendo em vista que o processo saúde-doença é resultante de processos históricos e culturais relacionados aos DSS (Fernandes et al., 2018). Sendo assim, Fernandes (et al., 2018, p.1) salienta que a vigilância em saúde deve ter “base territorial e popular, incorporando, simultaneamente, a determinação social do processo saúde-doença das epidemias e a promoção da saúde como eixo norteador de processos e ações”.



A Vigilância da Saúde de base territorial, conforme sistematizado no campo da Saúde Coletiva (Teixeira, Villas Boas e Paim, 1998; Monken e Barcellos, 2005), é o modelo tecnológico que busca a organização da atenção e do processo de trabalho em saúde. Seu foco reside na observação e contextualização dos DSS e dos processos sociais concretos que se manifestam no território, o que fundamenta práticas sanitárias por meio da participação social e da intersetorialidade. Essa abordagem aciona conhecimentos diversos (epidemiológicos, geográficos, sociológicos) para a construção de um agir estratégico, pois, ao microterritorializar os problemas de saúde, torna visíveis as necessidades e as potencialidades particulares da comunidade, valorizando a participação popular na solução das questões.

A concretização dessa abordagem exige que a Comunicação seja vista além do aspecto informativo. Araújo e Cardoso (2007) demonstram que, na interface entre a Comunicação e Saúde, constitui-se um campo definido como um “espaço multidimensional, objetivo e estruturado de posições que, entre outras propriedades, define algumas importantes condições de produção dos sentidos sociais” (Araújo; Cardoso, 2007, p. 19). Nessa perspectiva, a comunicação transcende a função de mero instrumento, assumindo um caráter teórico e político capaz de auxiliar na compreensão e na intervenção sobre os “processos sociais de produção de sentidos, que afetam diretamente o campo da saúde” (Araújo; Cardoso, 2007, p. 21).

Alinhada à perspectiva da Vigilância Territorial, a Mobilização Social é compreendida como um processo contínuo de articulação entre diferentes atores sociais, fundamentado em estratégias de comunicação participativa (Henriques, Braga e Mafra, 2000). No enfrentamento das arboviroses, o desafio está em estruturar as ações comunicativas para criar condições favoráveis à participação social, fomentando a co-responsabilização que impulsione o engajamento dos atores pela causa (Henriques; Braga; Mafra, 2000), evitando a culpabilização do cidadão ao promover o diálogo entre ciência e senso comum (Fernandes et al., 2018).

Compreendendo o caráter aberto, dinâmico e descentralizado, desejável aos projetos mobilizadores, o fazer comunicativo, mais do que informar, tem por tarefa criar uma interação própria entre estes projetos e seus públicos, através do compartilhamento de sentidos e de valores. Deseja-se, assim, que sejam fortalecidos os vínculos destes públicos com os movimentos e que sejam capazes de tomar iniciativas espontâneas de contribuir à causa dentro de suas especialidades e possibilidades (Henriques; Braga; Mafra, p.5, 2000).



Para tanto, a gestão dessas iniciativas exige a superação do desafio de coordenar ações e manter canais de comunicação desobstruídos, garantindo a interação dos diversos públicos com o movimento de maneira orgânica. O planejamento comunicativo deve, portanto, ser estruturado para permitir a deliberação sobre questões críticas e estratégicas e, ao mesmo tempo, motivar e integrar os atores sociais. A atenção deve ser redobrada para evitar uma visão tecnocrática, na qual o método se reifica e impede a reflexão contínua entre teoria e prática (Henriques; Braga; Mafra, 2000).

Complementarmente, temos que a Mobilização Social é definida como o processo de agregação de indivíduos e grupos em torno de um objetivo comum, ativamente perseguido para alcançar resultados compartilhados por todos os envolvidos (Toro A.; Werneck, 1999). Diferentemente da propaganda ou da simples divulgação, o processo de mobilização possui um caráter dinâmico, que não se restringe à transmissão vertical de instruções. Pelo contrário, envolve disputas, negociações, compartilhamento de ideias, comprometimento e informações, visando à inclusão ativa dos atores sociais na tomada de decisão. Essa abordagem é essencial para que as pessoas se percebam parte do processo e sejam capazes de construir mudanças, especialmente no enfrentamento dos determinantes sociais da saúde, que precisam ser igualmente objeto da intervenção sanitária (Toro A.; Werneck, 1999).

A fundamentação teórica que conecta os determinantes sociais, a vigilância territorial e a necessidade da co-responsabilidade é basilar para abordar a Comunicação e a Mobilização Social como eixos estratégicos no enfrentamento de problemas de Saúde Pública. Em Minas Gerais, essa abordagem se materializa no Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses 2025-2027 (PEC-ARBO) (Minas Gerais, 2025). O Plano reconhece a impossibilidade da eliminação total do vetor *Aedes* devido aos determinantes sociais e ambientais, e propõe ações de controle e prevenção que articulam iniciativas governamentais e comunitárias para enfrentar os diferentes cenários epidemiológicos (rotina, alerta, urgência e emergência).

Os seis eixos estratégicos que articulam estas iniciativas são: Gestão; Vigilância Epidemiológica; Vigilância Laboratorial; Vigilância entomológica e controle vetorial; Atenção à Saúde; e Comunicação e Mobilização Social. O PEC-ARBO define o sexto eixo de forma explícita:



Eixo da Comunicação e Mobilização Social: responsável por fomentar as ações de conscientização sobre sintomas, prevenção e busca por atendimento, além de estimular a participação comunitária no controle do vetor. Contribuem para a mudança de comportamento, identificação precoce de sinais de alerta, combate à desinformação, engajamento de diversos setores da sociedade e promoção de uma comunicação multidirecional entre população e serviços de saúde (Minas Gerais, p.14, 2025).

Nesse contexto, o PEC-ARBO (Minas Gerais, 2025) fundamenta o apoio da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) aos municípios que enfrentam surtos de arboviroses, orientando a construção de cenários e a antecipação de riscos. Adicionalmente, o documento exige que os municípios elaborem seu Plano Municipal de Contingência das Arboviroses (PMCA) para acessar recursos estaduais e federais. O PMCA, ao estabelecer prioridades e acionar estruturas de comando e controle conforme a gravidade epidemiológica, utiliza o planejamento como ferramenta para organizar a resposta e utilizar os recursos de forma eficiente. É neste quadro institucional, articulado entre Estado e Município, que se insere o relato da experiência da Força Estadual em Muriaé.

3. Força Estadual em Muriaé: Metodologia e Planejamento

Esta seção apresenta o Relato de Experiência da atuação da Força Estadual do SUS em Muriaé-MG. Utilizando uma metodologia descritiva e qualitativa, o objetivo é documentar e analisar o planejamento e a execução das ações em um contexto real. O contexto se iniciou com o decreto de Situação de Emergência em 26 de janeiro de 2023, quando o município registrou cerca de 400 casos suspeitos de dengue (G1, 2023). A ativação formal do Cenário de Emergência ocorreu em 13 de fevereiro de 2023, motivada pela divulgação do boletim epidemiológico da SES-MG, que indicava 1.536 casos prováveis de dengue e 4 de chikungunya (G1, 2023). A ativação foi então validada pela Sala de Situação da Gerência Regional de Saúde de Ubá (órgão da SES-MG), após a avaliação dos indicadores do Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses (PEC-ARBO) a partir da análise integrada de dados epidemiológicos e laboratoriais.

Nota metodológica: Para cada cenário do PEC/PMC (Rotina, Alerta, Urgência e Emergência), são estabelecidas ações mínimas padronizadas. Estas ações são organizadas



em seis eixos estratégicos (Gestão; Vigilância Epidemiológica; Vigilância Laboratorial; Vigilância entomológica e controle vetorial; Atenção à Saúde; e Comunicação e Mobilização Social) que visam aprimorar a capacidade de resposta do município, prevenir a sobrecarga do sistema de saúde e reduzir a morbimortalidade através de intervenções baseadas em evidências e planejamento territorializado. Ressalta-se que o PEC-ARBO 2025-2027 é referenciado neste artigo por estar disponível para consulta pública, enquanto a versão 2022-2024, vigente à época da ação em Muriaé, não está mais acessível. Contudo, visto que os cenários epidemiológicos e os eixos estratégicos estruturantes são os mesmos em ambas as edições, a versão atual não constitui um viés para a análise da intervenção.

Diante da ativação do Cenário de Emergência, a Sala de Situação solicitou à Coordenação Estadual de Vigilância das Arboviroses (CEVARB) o envio da Força Estadual do SUS para atuar em todos os seis eixos do PEC-ARBO, promovendo treinamento e capacitação das equipes de saúde locais em Gestão; Vigilância Epidemiológica; Vigilância Laboratorial; Vigilância entomológica e controle vetorial; Atenção à Saúde; e Comunicação e Mobilização Social, no período de 27 de fevereiro a 10 de março de 2023. Adicionalmente, a SES-MG enviou o reforço de 20 agentes de endemias da Força Estadual, com o objetivo de somar aos 35 agentes locais na vistoria dos domicílios e intensificação das ações.

Antes da chegada da Força Estadual do SUS a Muriaé, o planejamento do eixo de Comunicação e Mobilização Social do PEC-ARBO foi iniciado remotamente. Em 16 de fevereiro de 2023, uma análise de cenário identificou a fragilidade na articulação entre Estado e Município, bem como a necessidade de ações que gerassem visibilidade, adesão e co-responsabilização da população no enfrentamento às arboviroses. Em resposta, foi realizado um alinhamento com a Assessoria de Comunicação (ASSCOM) da Prefeitura de Muriaé, em 22 de fevereiro, em que se definiu que esta seria responsável pela interface com a imprensa local e regional, produzindo releases, atendendo a demandas e pautando a mídia com informações sobre as atividades da Força Estadual. Adicionalmente, em 24 de fevereiro de 2023, foi validado o Plano de Ação entre GRS Ubá e Secretaria de Saúde de Muriaé, que previa repetir e ampliar experiências anteriores de Mobilização Social já efetivadas pelo município, aproveitando o conhecimento adquirido e os parceiros locais previamente convocados.



Foto 1: Servidores da Força Estadual do SUS, Gerência Regional de Saúde de Ubá e Secretaria de Saúde de Muriaé no primeiro dia das ações conjuntas.



Autoria: Keila Lima, 2023.

O Plano de Ação do Eixo de Comunicação e Mobilização Social estabeleceu como objetivo geral a divulgação da presença da Força Estadual do SUS em Muriaé para gerar visibilidade, adesão e co-responsabilização da população no enfrentamento às arboviroses. Os objetivos específicos foram: articular a rede local de parceiros, mobilizar líderes para ações de conscientização (com foco na redução de recipientes e criadouros do *Aedes*), e disseminar informações para prevenir óbitos e casos graves por arboviroses. As ações táticas foram norteadas pelos seguintes aspectos: 1) Avaliar e orientar os processos de comunicação e mobilização social existentes; 2) Disponibilizar e orientar o uso de material de campanha (digital e impresso) da SES-MG; 3) Disponibilizar cardápio de sugestões de ações de mobilização social da SES-MG; 4) Informar a população local sobre a atuação dos técnicos da Força Estadual do SUS; 5) Construir releases em conjunto com a ASCOM da Prefeitura e pautar a imprensa local; 6) Orientar a definição de porta-voz (função atribuída à Secretaria Municipal de Saúde) e 7) Realizar uma reunião de articulação com diversos atores locais, incluindo: referências técnicas, Agentes Comunitários de Saúde, assessoria de comunicação, líderes (educacionais, comunitários,



religiosos e políticos), Conselheiros Municipais de Saúde, outras secretarias, Polícia Militar (para blitz educativa), Corpo de Bombeiros e a Associação de Catadores de materiais recicláveis.

Foto 2: Secretária de Saúde de Muriaé, porta-voz da ação conjunta Estado-Município, concedendo entrevista a uma emissora de TV.



Autoria: Keila Lima, 2023

O Plano de Ação continha uma planilha de atividades para serem realizadas entre 28 de fevereiro e 09 de março, com colunas para detalhar: Objetivos, Ação/Entrega, Núcleo Responsável, Data de execução e Status. A chegada da Força Estadual do SUS a Muriaé, em 27 de fevereiro de 2023, foi marcada pela realização da primeira ação, uma reunião com servidores da Secretaria Municipal de Saúde, comunicadores e mobilizadores locais, visando alinhar perspectivas e dar ampla divulgação à chegada da Força. Esta organização prévia permitiu que um volume expressivo de ações de mobilização social fosse executado em conjunto com diversos parceiros, como as Secretarias Municipais de Educação e Desenvolvimento Social, a Associação de Catadores, o DEMUTRAN e a FUNDARTE, resultando em iniciativas como o Encontro de Hip-Hop com o tema 'Enfrentamento das arboviroses', a Blitz Educativa com o DEMUTRAN e Oficinas de Artesanato no CAPS.



Quanto à comunicação, destaca-se a produção diária de boletins da Força Estadual e a intensa cobertura jornalística obtida. Foram concedidas entrevistas a rádios locais e TVs regionais com a Secretaria Municipal de Saúde, e houve alimentação constante das mídias sociais da Prefeitura com as atividades da Força. Este esforço resultou em uma predominância da visibilidade midiática positiva desta ação conjunta entre Estado e Município, um fato muito positivo do ponto de vista da comunicação social.

Foto 3: Crianças das Escolas Municipais em atividade de conscientização em conjunto com o DEMUTRAN, abordando passageiros de ônibus com informações sobre arboviroses.



Autoria: Divulgação Prefeitura de Muriaé, 2023.

4. Resultados alcançados e análise da experiência

Na devolutiva apresentada ao município em 02 de março, a Assessoria de Comunicação e Referência Técnica em Mobilização Social da GRS Ubá realizaram um balanço do Eixo de Comunicação e Mobilização Social. Entre os pontos sensíveis, observou-se que fatores políticos (como a inclusão de uma pessoa contrária à gestão em uma reportagem de TV) geraram embaraço, relativizando o benefício da grande visibilidade alcançada. No entanto, o principal ponto positivo foi a publicação diária do Boletim Final da Força Estadual (entre 28/2 e 9/3), utilizado como pauta para a imprensa



e ferramenta de acompanhamento popular. O balanço final indicou que todos os bairros com maior índice de infestação do vetor foram visitados (Aeroporto, Gaspar, São Cristóvão, Santa Terezinha, Porto e Vale Verde). O resultado quantitativo da mobilização totalizou 4.003 visitas domiciliares (pela Força Estadual e agentes municipais), com 307 focos de *Aedes* eliminados e 1.378 sacos de inservíveis retirados. O grande destaque qualitativo foi o fato de não ter sido registrada nenhuma recusa nas visitas domiciliares, um resultado inédito em todas as edições da Força Estadual do SUS até então. A avaliação final é de que as ações de comunicação e mobilização social surtiram o efeito projetado de gerar visibilidade, adesão e co-responsabilização da população.

Foto 4: Visita conjunta de Agentes de Endemias da Força Estadual do SUS e da Secretaria de Saúde de Muriaé à residência no bairro Aeroporto.



Autoria: Keila Lima, 2023.

Ainda na devolutiva, o Eixo de Comunicação e Mobilização Social identificou uma fragilidade institucional: a ausência de uma referência técnica (RT) municipal específica e exclusiva para o eixo de ‘Comunicação e Mobilização’, fato que se repetia em todos os 31 municípios da GRS Ubá. A falta desse profissional impedia a sistematização das ações da Secretaria Municipal de Saúde, resultando em iniciativas pontuais, intuitivas e sem metodologia definida para o estabelecimento de metas e



mensuração de resultados; diferentemente dos demais eixos que possuíam RT municipal (Gestão; Vigilância Epidemiológica; Vigilância Laboratorial; Vigilância entomológica e controle vetorial; Atenção à Saúde). Diante disso, foi salientada a necessidade de as Secretarias Municipais de Saúde investirem em um profissional responsável pelo planejamento da Mobilização Social, cujas atribuições se estendessem a outras resoluções SES que demandam mobilização (como sífilis e tuberculose). Foi esclarecido, inclusive, que resoluções SES/MG referentes a arboviroses e Vigilância em Saúde dispõem de recurso de custeio para financiar a contratação do mobilizador social. A sugestão foi acatada pela SMS de Muriaé, que hoje tem em seu quadro uma referência técnica exclusiva para comunicação e mobilização social em Saúde.

5. Considerações

A experiência de Muriaé evidenciou a importância da comunicação e da mobilização social como eixos estratégicos centrais no enfrentamento das arboviroses, e não como meros acessórios às ações de enfrentamento. A ausência de profissionalização e planejamento sistemático neste eixo pode ser um dos fatores-chave para o insucesso das estratégias tradicionais. Ações pontuais, desvinculadas de um planejamento que considere os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), falham em confrontar as iniquidades que afetam o processo saúde-doença e em promover a Vigilância em Saúde de base territorial e popular. A atuação do eixo de Comunicação e Mobilização Social durante a Força Estadual demonstrou, portanto, a vocação em superar estas lacunas, contextualizando processos sociais, fundamentando práticas sanitárias pela participação social e intersetorialidade, e valorizando as potencialidades particulares da comunidade na solução dos problemas.

A intensa articulação Estado-Município, com foco no eixo de comunicação e mobilização social, proporcionou uma consolidação do entendimento sobre a relevância estratégica desse eixo no planejamento de contingência (PEC/PMC). O Boletim Diário, em particular, se destacou como uma ferramenta eficaz de transparência, visibilidade e gestão em tempo real, crucial para uma população em cenário de emergência sanitária. Observou-se que a maior concessão de informação e transparência por parte do setor



público está diretamente correlacionada ao aumento da confiabilidade depositada pela população e ao engajamento dos atores sociais.

A principal entrega deste relato de experiência transcendeu a ação pontual, transformando-se em uma proposta concreta de política pública: a necessidade urgente de institucionalização da função de Mobilizador Social nas Secretarias Municipais de Saúde, assegurando-lhe planejamento, financiamento adequado e integração formal com outras políticas setoriais. O *case* de Muriaé, ao validar este modelo de comunicação e mobilização estratégica, tem sido replicado como referência dentro da SES-MG, confirmado a validade do modelo para o avanço da Saúde Coletiva no país.

6. REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de Monitoramento das Arboviroses**. Brasília, DF, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-egypti/monitoramento-das-arboviroses>. Acesso em: 11 out. 2025.

BRITO, Priscila Torres de et al. Mobilização social na educação popular em saúde – promovendo e prevenindo arboviroses no Brasil: dengue, zika e chikungunya. In: MENDONÇA, Ana Valéria M.; SOUSA, Maria Fátima de (org.). **Práticas Interdisciplinares de Informação, Educação e Comunicação em Saúde para a Prevenção das Arboviroses Dengue, Zika e Chikungunya: desafios teóricos e metodológicos**. Brasília: Editora ECoS, 2022. p. 149-172. Disponível em: <https://ecos.unb.br/wp-content/uploads/2022/03/piiecemsaudade.pdf>. Acesso em 11 out. 2025.

DONALISIO, Maria Rita; FREITAS, André Ricardo Ribas; ZUBEN, Andrea Paula Bruno Von. Arboviroses emergentes no Brasil: desafios para a clínica e implicações para a saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, Artigo 30, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006889>. Acesso em: 11 out. 2025.

FERNANDES, Valcler Rangel; MONKEN, Maurício; GONDIN, Grácia Maria M.; LUZ, Zélia M. Profeta da; LOPES, Ana Beatriz A. Slaibi; CASTRO, Márcia Correa e; CAMPOS FILHO, Emanoel; LIMA, André Luiz da Silva; SILVA, José Paulo Vicente da; AMORIM, Annibal Coelho de. **Desnaturalizar as ‘endemias de estimação’: mobilização social em contextos das arboviroses no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. 20 p. Disponível em: <https://arca.fiocruz.br/handle/icict/26222>. Link: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/biblioteca/mobilizacao_social_em_contextos_das_arboviroses_no_brasil.pdf. Acesso em: 11 out. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. **DSS: o que é?** Rio de Janeiro, [2025?]. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/dss-o-que-e/#:~:text=J%C3%A1%20não%20s%C3%A9culo%2021%2C%20a,as%20condi%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20da%20vida%20cotidiana>. Acesso em: 11 out. 2025.



G1. Após decretar situação de emergência, Muriaé vai receber Força Estadual para combate ao Aedes aegypti. [Notícia] / Por Fellype Alberto. **G1 Zona da Mata**, Juiz de Fora, 25 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2023/02/25/apos-decretar-situacao-de-emergencia-muriae-vai-receber-forca-estadual-para-combate-ao-aedes-aegypti.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2025.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Planejamento de Comunicação para projetos de mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM**, 23., 2000, Manaus. Anais. Manaus/AM: Intercom, 2000.

LOPES, Nayara; NOZAWA, Carlos; LINHARES, Rosa Elisa Carvalho. Características gerais e epidemiologia dos arbovírus emergentes no Brasil. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, Ananindeua, v. 5, n. 3, p. 10, 2020. DOI: 10.5123/S2176-62232014000300007. Disponível em: <https://ojs.iec.gov.br/rpas/article/view/590>. Acesso em: 11 out. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Resolução SES/MG nº 10.440, de 17 de setembro de 2025. Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses (PEC-ARBO) com foco em Dengue, Chikungunya, Zika e Febre Amarela, para o período de dezembro de 2025 a novembro de 2027, em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 17 set. 2025. Disponível em: https://portal-antigo.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=27680-resolucao-ses-mg-n-10-440-de-17-de-setembro-de-2025?layout=print#:~:text=Aprova%20o%20Plano%20Estadual%20de,de%202027%2C%20em%20Minas%20Gerais. Acesso em: 11 out. 2025.

MONKEN, Maurício; BARCELLOS, Christovam. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 898–906, maio 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000300024>

Organização Panamericana da Saúde (OPAS). **Dengue**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/dengue#:~:text=Nas%20Am%C3%A9ricas%2C%20o%20principal%20vetor,%C3%A9%20o%20mosquito%20Aedes%20aegypti.&text=%C3%89%20transmitida%20pela%20picada%20de,afeta%20beb%C3%AA%CAs%2C%20crian%C3%A7as%20e%20adultos>. Acesso em 11 out. 2025.

PAIM, Jairnilson et al. The Brazilian health system: history, advances, and challenges. **The Lancet**, v. 377, n. 9779, p. 1778-1797, 21 maio 2011. DOI: 10.1016/S0140-6736(11)60054-8.

ROSA, Isadora Cristina Magalhães; SILVA, Izadora Cristina da; PEREIRA, Victor Melo; SILVA, Elisa Lima e; FERREIRA, Brisa Emanuelle Silva; RIGO, Felipe Leonardo; CASTRO, Carolina Souza; FERREIRA, Gabriela Rossi. Dengue: análise epidemiológica no estado de Minas Gerais. **Revista Delos**, [S. l.], v. 18, n. 73, p. e6945, 2025. DOI: 10.55905/rdelosv18.n73-037. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/6945>. Acesso em: 11 out. 2025.

TEIXEIRA, Carmem Fontes; PAIM, Jairnilson Silva; VILASBÔAS, Ana Luiza. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. **Informe Epidemiológico do Sus**, Brasília, v. 7, n. 2, jun. 1998. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-16731998000200002. Acesso em: 11 out. 2025. DOI: 10.5123/S0104-16731998000200002.



III CONGRESSO BRASILEIRO
DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA:
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
E DIREITO À INFORMAÇÃO



TORO A., José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Brasília: Ministério da Justiça, 1997. 194 p. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/10163>. Acesso em: 11 out. 2025.